



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

OS LUGARES DE CONTRASTE DO SÉC. XIX EM SALVADOR DA COMPANHIA DO QUEIMADO (1852-1905).

DIANA CATARINO¹

DIDIER TÉ²

Resumo: Neste artigo problematizamos a estratégia na qual a Companhia do Queimado desenvolveu a distribuição de água potável de Salvador. Privilegiamos a temporalidade de atuação da Companhia, de 1852 a 1905, fundada com o objetivo de lucratividade através da venda d'água nos espaços coletivos da cidade e "pennas" domiciliares. Através de "casas de vendagem", chafarizes monumentais e "pennas" domiciliares, a Companhia desenvolveu espaços de contraste entre a tecnologia e os seus hábitos de consumo. Inserida no contexto de transição do regime escravocrata para o liberal, os ganhadores, aguadeiros, agora se encarregaram do abastecimento através da revenda d'água. Ocupando os chafarizes monumentais, importados da Europa, que pretendiam ser espaços de representação, ocuparam estes espaços que espelharam a imagem negra da cidade que tanto se tentou esconder. As "casas de vendagem" como espaços alternativos de venda tentaram retirar os aguadeiros das principais praças e foram instaladas em espaços precários, de apenas uma porta, cuja insalubridade foi denunciada por médicos da Faculdade de Medicina. O descontentamento com o serviço da Companhia foi uma constante devido à irregularidade do abastecimento por frequentes secas, por questionamentos relativos à qualidade d'água, preço de venda da Companhia e revenda pelos Aguadeiros. Salvador inscreveu esta dinâmica nos seus espaços através de relações compensatórias decorrente da carência deste elemento de primeira necessidade nos poços de seus quintais, nos seus hábitos de consumo e vivência dos espaços coletivos das praças. Os chafarizes foram progressivamente desarticulados, desmontados e suprimidos do espaço da cidade num processo contínuo do séc. XX, formalizando a continuada carência persistente da oferta d'água potável no espaço coletivo.

Palavras-chave: água, Salvador, Queimado.

A arquitetura e o urbanismo são expressões construídas da cultura que estabelecem relações compensatórias entre os hábitos e as necessidades espaciais das atividades diárias. Compreendem e modificam relações sociais de acordo com a tecnologia, política e tradição contemporânea contribuindo para a manutenção ou composição de novos hábitos.

Apesar de tendencialmente se interpretarem como "disciplinas autônomas", na perspectiva que defendemos, elas refletem o pensamento da contemporaneidade significando mais que a materialidade construída que compreende o vocabulário tecnicista da disciplina, mas também o processo da construção da ideia e meios

¹ Mestranda em Estudos étnicos e Raciais, Pós-Afro, UFBA. Bolsista do programa FAPESB. Dianacatarino_7@msn.com

² Mestrando em Estudos étnicos e Raciais, Pós-Afro, UFBA. Bolsista do programa Cnpq, Didierte85@hotmail.com



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

empregues na sua realização, dentro e fora do gabinete de arquitetura. Neste percurso “entrelaçam-se” influências ideológicas, embates de poderes coletivos e interesses privados que, em maior ou menor escala, interveem na cidade, na habitação, no espaço coletivo.

Pensamos a cidade como produção coletiva que expressa as vivências próprias de cada hábito cultural. Circunscrita por especificidades topográficas, climáticas, pressões e tensões sociais que a modela e organiza, sempre, de modo mais tecnológico e funcional para os que nela habitam e condicionada ao tipo de relações sociais que abriga. Entendemos, portanto, ser necessária uma leitura da arquitetura e do urbanismo que ultrapassa a classificação temporal, estilística, como obra autoral, sendo necessária a combinação de outros campos disciplinares para entender as influências (outras) que compõem o construído. Reclamamos a necessidade da compreensão do processo da sua implantação individual e analisada em contraste, sendo necessário o entendimento de como a ordem das ideias e da técnica interfere na ordenação e distribuição das infraestruturas que ordenam e são ordenadas pelo social, numa relação compensatória.

A cidade do séc. XIX, pensada por médicos “hygienistas”, preocupados com a medicina urbana e o controle das coisas como o ar, água, terra e dos corpos doentes, mortos e aglomerações que espalhavam as epidemias, compreendia a água como peça chave para a purificação da cidade e mais, constroem teorias raciais hierarquizadas e discriminatórias.

O engajamento do governo provincial no processo decorreu com a autorização para constituição da companhia que assumiu a responsabilidade da gestão do serviço. Embora discutindo, executando empréstimos e definindo condições, o serviço não obteve a anuência da população por não atingir resultados satisfatórios no abastecimento. Da constante incompatibilidade de interesses entre a distribuição d’água em quantidade e qualidade para a população e a viabilidade financeira da companhia - que iniciara as suas obras de infraestrutura financiada pela província e tiravam o seu lucro mediante a venda d’água nas “casas de vendagem”, chafarizes e pennas domiciliares, vendendo a preços altos – decorreram reações populares que tentaram



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

acesso ao serviço desenvolvendo processos alternativos, “prejudicando” a empresa e resultando na manutenção dos hábitos de consumo tradicionais.

Se a história e a geografia contam sucessivos períodos de sêca³, a companhia, condicionada por contrato a multas por falhas técnicas que resultassem em falha no serviço, argumentava a inexistência de fontes passíveis de captação perenes nas proximidades do Queimado que inviabilizava a sua captação. O governador Luiz Vianna no virar do século, preocupado com a “situação desoladora” da sêca nos reservatórios de abastecimento, também considerou que a insatisfação popular com a empresa não se compreendia apenas face à “[...] falta do precioso liquido o que aflige a população, mas o incomodo e a despeza para a aquisição”⁴. O serviço é finalmente, equacionado: o “incomodo” no abastecimento e “a despeza para a aquisição” são agora problematizados. A irregularidade na distribuição para o consumidor não justificava os preços praticados.

A distribuição d’água no espaço de Salvador, província que mais entraves impôs ao processo de abolição, foi influenciada por todos estes aspectos sociais, agravados pela construção de uma imagem da cidade e nacional que não assumia a importância e a representação do elemento negro na sociedade. Interessa analisar como a “a cidade das mil fontes” (MATTOSO, 1992, 47) sofreu (e continua) com a dificuldade ao acesso à água potável nas variantes do abastecimento doméstico e no espaço coletivo.

Da falta de controle institucional na redistribuição da água pelos aguadeiros resulta uma complexidade de revenda excepcional. Gerenciando a revenda após a compra do líquido nos espaços de venda da companhia, a falta da garantia da proveniência da água constituiu mais um argumento para que a população continuasse o abastecimento de modo tradicional, recorrendo a poços privados ou nos espaços de retenção d’água. A

³ No século XVIII “o mais atingido pela seca, passando por um período total acumulado de 24 anos com poucas chuvas” e o século XIX “quase 22 anos de grandes secas” (HOLTHE, 2002,105).

⁴ Em “mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa” a 10 de abril de 1899, disponibilizado na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, nos “Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA), 1899 (edição 1 (1)), pág. 3.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

ineficácia da tecnologia e gestão proposta pela companhia foi incapaz de alterar hábitos de consumo.

Na virada do século o abastecimento da cidade ainda acontecia com recurso a água de fontes de domínio público e privado, verificando-se a manutenção e abundância como acontecia antes do início dos trabalhos da companhia. O abastecimento domiciliar através de pennas e a compra no chafariz era apenas acessível a uma pequena parte da população que podia pagar pelo serviço, escusando a sua compra ao aguadeiro, e não se arriscando no chafariz, onde o ambiente de violência com frequentes rixas é frequentemente relatado.

1.1 A geografia hídrica

“Salvador é a cidade das mil fontes” (MATTOSO, 1992, 47). Descrevendo Kátia Mattoso a geografia hídrica de Salvador, parece incoerente apontar problemas resultantes da disputa por água numa cidade abundante em fontes subterrâneas, riachos e lagoas. Devemos considerar que o processo de industrialização no início do séc. XIX degradou a qualidade d’água na maioria destes locais, agravada pelo aumento da população e falta de higiene generalizada, numa cidade sem canalização d’água ou esgoto. Katia Mattoso, “com prudência e admitindo grande imprecisão” afirma que entre 1810 e 1870 a população de Salvador “havia duplicado de tamanho, passando de cinquenta mil para cem mil habitantes” (MATTOSO, 1982, 105), aumentando o consumo e demandando maior disponibilidade hídrica.

Dados oficiais de 1848 registram 27 fontes públicas⁵ na cidade. A partir de 1853 a companhia distribui água em 21 chafarizes no espaço público e sete “casas de vendagem”. Em 1899⁶ foram registrados “mais de uma centena” de locais de abastecimento contabilizados entre “[...] fontes particulares e públicas”, compreendendo-se a manutenção da importância do abastecimento tradicional, na fonte e no lote privado. A manutenção de fontes privadas indica também a continuada articulação comercial privada de venda d’água, para a qual a companhia do Queimado apesar de oferecer a suposta garantia da qualidade d’água, não conseguirá substituir, nem mesmo através do

⁵ Sendo 12 na Cidade Baixa e 15 na Cidade Alta. (APEB, OP, M4879, 1848).

⁶ Análise do Laboratório Municipal de Salvador, pelo Dr. Innocencio Cavalcanti (APEB, caixa 12, relatório 306), ” (apud DANNEMANN,2018, 35)



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

suposto “privilégio” (que na verdade foi uma proteção) municipal da venda e distribuição que impediu a constituição de uma concorrência oficial.

Por equacionar, durante todo o período da atuação da companhia, ficou o abastecimento à população mais carente sem recursos para comprar a água à companhia, não sendo cuidada a manutenção das fontes públicas existentes na cidade:

“[Fonte do Gravatá] a mais imunda, e pior de tôdas; é porém a mais frequentada por ser a única pública, que há dentro da cidade; digo pública por ser naquela paragem: há porém alguns poços, de que seus donos vendem água, a quem a não pode haver nas duas únicas bicas que tem aquela fonte” (VILHENA, 1799, 103)

Com uma percepção própria de formalidade coletiva que contrasta com a informalidade do espaço da vida doméstica, na rua era impossível distinguir pela pompa ex escravizados e proprietários, todos parecendo europeus. Esta expressão singular repercutiu na conformação do lote urbano que respondeu à necessidade de intimidade desvinculada do espaço público, refletindo-se em lotes fundos com poucos metros de frente. A adaptação urbana do conceito português de “quinta”, originalmente com ênfase rural e de produção agrícola, produziu “quintais” urbanos que transportaram as atividades rurais que garantiram a subsistência na cidade face a carência da infraestrutura coletiva.

No fundo do quintal, a senzala progressivamente deu lugar ao “quarto de empregado” que, continuamente, desenvolveu um estilo de vida independente, liberta do controle “patronal”. Podendo morar em casas ou quartos alugados⁷, este movimento de moradia interferiu na estrutura da cidade colonial uma vez que se trata de um grande contingente, alargando e reorganizando espaços para residência que nunca antes havia sido equacionado.

1.2 Quintais urbanos: dependências compensatórias.

“Tôda a montanha na sua falda geme água, e poucas são as casas, que não tenham sua poça em que a aproveitam [...]”(VILHENA, 1799, 102)

⁷ O aluguel das casas era um negócio importante para o capital. O Dr. Francisco Muniz de Aragão, por exemplo, possuía 33 casas na entrada do Tororó, todas apresentando um estado desabonador para a salubridade da cidade, com falta de infraestruturas como latrina, “sinphão” e quintais alagados.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Se a tipologia habitacional da arquitetura colonial na sua relação com a cidade, com o meio natural, as suas dependências, na forma de casas térreas, sobrados e solares já se encontram bastante estudadas, concordamos com o arquiteto Jan Holthe quando na sua tese de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da UFBA, “Quintais Urbanos de Salvador: Realidades, Usos e Vivências no Século XIX” (2002) considera que existe uma lacuna no estudo dos “outros espaços” que compõem o urbano. O autor estudando o espaço dos “ quintais” evidencia a originalidade destes espaços, atuando como espaços de compensação de atividades e estruturas das quais carecia o espaço coletivo. Certamente menos estudados, a importância destes espaços de articulação a que acrescentamos os espaços dos chafarizes e das “casas de vendagem”, são também menos conhecidos.

A relevância do quintal se verificava uma vez que “nenhuma benfeitoria, porém, comparava-se ao privilégio de ter em seu próprio quintal um poço “nativo”, capaz de fornecer água em abundância e sem o inconveniente de ter que deslocar-se – às vezes por grandes distâncias - em busca do produto.”(HOLTHER, 2002, 234)

Comprova-se, portanto, [...] que os quintais eram fundamentais para o bom funcionamento das casas e o conforto de seus habitantes. Não se concebe uma residência sem o uso frequente de água, e numa cidade onde as casas podiam, em determinados períodos de sua história, abrigar quase 50 moradores, muitas vezes o consumo podia ser realmente muito elevado. Desta forma, a população de Salvador dependia – e com razão – dos seus quintais como espaço de armazenamento de grandes quantidades de água, até mesmo porque as alternativas (água encanada, aquedutos etc.) praticamente inexistiam. (HOLTHER, 2002, 237)

O agenciamento da zona dos serviços domésticos “[...] pedia ligações, as mais amplas, com o exterior” (LEMOS; 1978, 35).

1.3 Lugares de contraste: as “casas de vendagem” e os chafarizes

Figura 1 - Terreiro de Jesus em 1862 com roupa no chão “a corar”. Vendedoras à entrada de uma “Casa de Vendagem”; Agadeiro.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL



referência: Camilo Vedari, 1862, (apud Holthe, 2002, 184); (SAMPAIO, 2005, 112); Fotografia de João Goston, 1857 a 1873 (apud HOLTHER, 2002, 214)

Em vista ao cumprimento do disposto no artigo 11 do contrato de 1853, que estabeleceu as obrigações da Companhia para abastecimento e distribuição d'água à cidade, a companhia construiu doze chafarizes, sendo sete na Cidade Alta e cinco na Cidade Baixa. Dois, o do Theatro e o da Piedade “em marmore de carrara e os outros de ferro”⁸ eram abastecidos com as águas extraídas do açude e vertentes do Queimado, através de uma rede subterrânea ligando a praça Castro Alves, Terreiro de Jesus, Largo Dois de Julho e Piedade, onde foram instalados os chafarizes.

“[...] fazendo jorrar por elegantes chafarizes, sendo os principais na Praça do Conde d'Eu, na Piedade, e em frente ao Theatro Publico. – O primeiro é todo em bronze, tendo no alto o emblema da abundancia, e no pedestal 4 collossaes estatuas de bronze representando os rios de S. Francisco, Jequitinhonha, Pardo e Paraguassú, que lançam copiosa água n'um grande tanque circular de mármore. O segundo tem no alto o emblema do Brazil representado por um índio, e o terceiro tem no alto a estatua de Pedro Alvares Cabral, o descobridor do Brazil. Ambos estes chafarizes, bem como as respectivas bacias, são feitos de fino mármore, e todos três cercados de gradaria de ferro. (AMARAL, 1922, 545)

A importação e instalação de verdadeiros monumentos tecnológicos nos espaços coletivos da cidade, os chafarizes representaram, mesmo antes do elevador Lacerda, “o marco da passagem da cidade colonial para a cidade moderna” (TRINCHÃO, 2010, 13). Comprados na europa onde compunham a paisagem parisiense⁹ da época, os chafarizes com as suas qualidades estéticas e representativas atribuíram qualidades artísticas aos espaços públicos que já possuíam completo abastecimento domiciliar, concebidos como

⁸ Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - Bahia, “Fala da Presidência”, 1854, edição 1, pág. 31.

⁹ A partir de 1846 são elaborados estudos hidricos para a capital francesa por Belgrand a partir de 1850 diretor do departamento de águas e esgotos (1855) chefiado por Haussman.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

ornamentos artísticos, mais do que uma simples torneira¹⁰, lembrando o ensinamento de Rossi quando constata que “A função é insuficiente para definir a continuidade dos fatos urbanos [...] na realidade continuamos a fruir elementos cuja função foi perdida faz tempo; o valor desses fatos reside, pois, unicamente na sua forma (ROSSI, 2001,57)

Em Salvador, a excentricidade deste equipamento contrastou com a carência de infraestrutura da cidade. Abrimos este capítulo com uma fotografia onde se registra o Terreiro de Jesus com o chafariz monumental e, ao lado, roupa corando no chão. A 1 de novembro de 1859, o chafariz do Terreiro estava “[...] entregue ao povo, por muito tempo, esteve entregue aos vendedores de água, quando a Praça 15 de Novembro era um campo de poeira, sem calçamento e sem arborização.”

A sua representação enfrentou uma condicionante imprevista: o seu uso para venda d’água que acarretou uma movimentação não prevista a este espaço: aguadeiros e guardas, precisamente o que se pretendia “esconder” no discurso de propaganda de “civilização” e da “elegantíssima sociedade” (Bahia Illustrada, edição 1, pág. 23, 1921) Bahiana.

Tentando minimizar o impacto e frequência aos chafarizes para abastecimento, através da instalação de “casas de vendagem” tentaram deslocar a população dos espaços dos chafarizes.

“Casas de vendagem”

[...] Além desses 21 chafarizes, que, á excepção de dois, vendem água a população, collocou a Companhia algumas torneiras em cinco depósitos em diversos pontos, onde também vende-se água; e mais um repuxo no Riachuelo, que fornece aguada para os navios, e tem feito encanamento de 2.317 pennas d’água para casas particulares e Estabelecimentos públicos. (AMARAL, em descrição referente ao ano 1853 da Companhia do Queimado, 545)

Figura 2 - Fotografia da última casa de vender água, na rua das vassouras; “O clássico “cavalo de água”.

¹⁰ Em meados do século, Miguel de Frias trouxe para a Corte do Rio de Janeiro o “sistema de encanamento “sob pressão”,[...] e instalou uma rede de torneiras nas esquinas das ruas e o sistema de penas d’água para suprir prédios [...]Em 1860, havia já 1900 penas d’água instaladas na cidade e 670 torneiras. (BENCHIMOL, 1992, 67)



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL



Referência: Jornal A Tarde, 11 de abril 1916; A Notícia, 30 de outubro de 1914.

As “casas de vendagem” tratam-se de um novo e original arranjo para distribuição d’ água proposto pela Companhia constante logo no primeiro contrato. Localizadas “nas ruas mais movimentadas” (Jornal A Tarde 16 de março 1933), de acordo com a fala do Sr. Comendador Antonio da Cruz Machado¹¹ “são de reconhecida utilidade e substituem os chafarizes talvez com as mesmas vantagens para a Companhia”. O reduzido número d’ estas casas, apenas sete em 1905, decorre da sua inconveniência face à despesa extra da mensalidade do aluguel do espaço a particulares.

Este pequeno espaço alugado deriva da tipologia de habitação da população mais carenciada, de “uma porta e uma janela”, subdividida e compartimentada em “apenas uma porta” sugerindo a sua localização em espaços das antigas casas senhoriais mediante o aproveitamento de espaços intersticiais onde se instala “apenas uma porta que dava entrada a um minúsculo espaço”, uma torneira, um torniquete e um guarda cobrador encarregado de cobrar a água no momento em que a mesma fosse retirada.

“[...] A quantidade de água correspondia ao valor da moeda de cobre (10, 20,40 e 60 réis) que era depositada em uma caixa de madeira, pintada de verde, fechada a cadeado, colocada sobre o torniquete que regulava a entrara e saída do comprador. Todas as manhãs as caixas eram substituídas por outras e levadas por ganhadores africanos para o escritório da Companhia do Queimado, onde eram abertas, contando-se o dinheiro. A Companhia trocava o cobre pelo papel, vendendo um saco de cem mil réis (Rs 100\$000) de cobre por 90\$000 de papel [...] Por terem sido instaladas ao término da Guerra do Paraguai, foram designadas com os nomes de locais onde houvera vitórias do exército brasileiro - Curuzu, Humaitá, etc. [...]”¹²(Jornal A Tarde 16 de março 1933)

¹¹ Na sessão da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, registrada no “Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA)” a 1.º de março de 1874.

¹² O Jornal A Tarde de 11 de abril de 1916, p.01 relaciona as “casas de vendagem”: “Quitandinha do Capim, Conceição do Boqueirão, Tororó, Cais de São João, largos da Conceição da Praia, Mouraria, Saúde, Água de Meninos, Lapinha, Pilar, Bonfim, Rosário, Ribeira de Itapagipe, Boa Viagem, 2 de julho,



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Este arranjo de apenas “uma porta” demonstra a quem se destinava o abastecimento nestes espaços: aos africanos, negros ganhadores, para os quais não haviam rescrições de resguardo e privacidade, condições de permanência ou higiene. Apenas “uma torneira” era disponibilizada pela companhia. O Dr. Octavio Torres da Silva na sua “these” apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, denominada “A cidade do Salvador perante a Higiene” (1908) fornece-se valiosa descrição do serviço:

“Nesses logares nota-se a porcaria desde o encarregado de vender a agua, que quasi sempre é um typo bodôzo, vivendo n'uma gurita da mesma especie, que não tem cuidado necessario em limpar as torneiras e lavar diariamente o sólo de sua repartição. Alli dá entrada diariamente a centenas de individuos nauzeabundos, n'uma promiscuidade medonha, sendo quasi todos os portadores de *mazellas*, e no recinto d' aquelle logar, cospem, sacodem suas roupas, urinam, atiram fumo mascado etc., etc., e ainda mais amarram nas grades carcomidas pela acção do tempo e impregnadas de microbios, os animais que ficam a espera dos barris que fazem a carga. Esses animaes *no tôco*, escavam o sólo, urinam e defecam; cujos excrementos de mistura com a urina são levados pelos pés dos conductores para dentro do chafariz, e d'alli para as casas onde taes individuos vão despejar essa agua. Ora, não é licito ignorar que semelhante processo é por demais nocivo á saúde publica, tanto mais quando se trata de uma epocha epidemica. Entretanto nada se tem feito para melhorar esses fôcos de miasmas que tem o relevante nome de *deposito de agua potavel*.” (SILVA, 1908, 9)

Desta descrição constatamos a dualidade de espaços: o chafariz, monumental, imponente e artístico e as “casas de vendagem”, verdadeiros depósitos insalubres, com falta de higiene e focos de miasmas.

Segundo Cid Teixeira, para efetuar o pagamento alguns usuários não precisavam entrar em fila, nem estavam expostos ao corte de produto caso houvesse atraso. O Jornal Correio da Bahia, em 04/11/1998 faz referência à venda de “vales metálicos para a compra de água”. Uma das faces do vale exhibia uma reprodução do chafariz da Conceição da Praia e no verso tinha a inscrição: “vale um barril de água. Quem tinha o vale, tinha a preferência de atendimento”.

A distribuição domiciliar

[...] 6.º Os Empresarios ficam com direito de arrendar os anneis ou pennas d' água pelo preço e tempo que lhes convenha, nunca excedendo porem este de praso marcado no

praças Castro Alves, 13 de maio, dos veteranos, José de Alencar. 15 de novembro, e mais nas casas das ruas do Pão de Lot, Curriachito, Bispo, Dr. Seabra, Calçado do Bonfim, Madragoa e Travessa das Mercês.”



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

artigo precedente.[30anos]” (norma constante do contrato da companhia do Queimado de 17 de Janeiro de 1853)

Embora no primeiro contrato, que definiu o âmbito de funcionamento da companhia, o arrendamento de “aneis ou pennas d’agua” não tenha observado grande definição, dispendida para a localização dos chafarizes, conhecia-se que o arrendamento de “pennas” particulares seria “a verba de receita mais vantajosa á Empreza”, o que se confirmou.

No entanto, o interesse pela colocação das pennas não foi imediato e a 15 de setembro de 1858 o número de penas d’agua mantinha-se “[...] tão pequeno que fica muito aquém daquele que a Directoria supunha para fazer face ao custo do seo material [...] sendo o seu rendimento quase nenhum”¹³. A Companhia solicitou de imediato o privilégio à província para a venda d’agua, tendo sido assegurado apenas como um pressuposto ou proteção do que privilégio declarado¹⁴.

Gradualmente, em 1860 já se encontravam encanadas “algumas das principaes ruas da Cidade [...] e pretende a Companhia estende-lo a todas as outras ruas e beccos¹⁵.” A proteção política e o aumento das pennas domiciliares deixara a companhia com “lisonjeiro futuro”, correspondendo “[...] as pennas d’agua em casas particulares, Estabelecimentos Públicos e de Caridade o suprimento diario é de 8 mil barris” (Fala da presidência constante no RTCIG-Bahia, 1860 edição 1(2) pág.75). Em 1874 da pequena rede de distribuição particular, de apenas de 53.218 metros, já decorria um lucro que superava o dos “chafarizes”:

“[...] a diferença para mais na receita de 12:178\$650, assim como na despesa de 1:608\$249 reis, o que prova o progresso que tem tido a procura das penas d’agua para casas particulares e a concurrencia dos chafarizes e casas de vendagem estabelecidas nos pontos mais distantes d’aquelles. As penas d’agua produzirão 67:035\$710, os chafarizes 39:020\$950 reis.” (No Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (Ba) de 1874 edição 1 (2) pág, 236, relativo ao 28.º semestre da Companhia)

¹³ Na fala do 1.º vice-presidente da Província o “desembargador” Manoel Messias de Leão, constante no “Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (Ba)” de 1858, edição 1 (1) pág. 19.

¹⁴ Jornal do Commercio (RJ), a 8 de julho de 1862.

¹⁵ Fala da Presidência constante no “Relat. Trab do Conselho Interino de Gov. (BA) ano 1860, edição 1, pág. 75.”



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Com o aumento da distribuição agrava-se o número de “devedores por encanamentos e concertos” e “devedores por supprimento d’agoa”.¹⁶ Em 1905¹⁷ a apresentação do mapeamento do “movimento das pennas d’agua” (Tabela 1) demonstra a relevância e grande instabilidade de adesão, permanência e pagamento do serviço, com elevadas ocorrências de “Pennas abertas” e “Pennas fechadas”, possivelmente relativas ao não pagamento do serviço, contrastando com a pequena abertura de “penas novas”.

Tabela 1 - O movimento das pennas d’agua”, 1905.

Pennas d’agua	1.º semestre
Pennas alteradas	25
Pennas abertas	821
Pennas fechadas	726
Pennas novas	63
	2.º semestre
Pennas alteradas	14
Pennas abertas	773
Pennas fechadas	826
Pennas novas	59

Referência: Relatório da Direcção da Companhia do Queimado apresentado à Assembleia Geral dos Accionistas em Abril de 1905, pág. 5

O Art. 8.º da novação do contrato de 1870, a província determinará que a companhia “[...] não poderá recusar pennas d’agua á quem o exigir e pagar”, prevendo a atribuição seletiva da distribuição, evitando distinções e prioridades no acesso ao serviço:

“Entendo que todos tem igual direito; todos fizeram despeza com o encanamento das penas, e que a companhia com tal preferencia estabelecer privilégios odiosos. Si há agoa, sejam todos providos dela. Uns não são filhos de Deus e outros do diabo, o dinheiro de um vale tanto como o de outro. - Mas como aqui só não se faz o que não se quer, é que se vê disto.” (Jornal “O Alabama” a 9 de outubro de 1869)

A partir de 1869 o serviço de abastecimento domiciliar, irá “se entrelaçar” com a necessidade de colocação de um sistema de “canalisação para escoamento das matérias excrementícias, urinarias e aguas servidas, pelo systema adoptado em

¹⁶ Constante no “Relatório da Direcção da Companhia do Queimado e parecer da comissão de contas relativo ao 31.º semestre”, apresentado em assembleia geral de 26 de março de 1874.

¹⁷ O Relatório da Direcção da Companhia do Queimado apresentado à Assembleia Geral dos Accionistas em Abril de 1905.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Londres, Rio de Janeiro e Pernambuco, na parte aplicável a esta província”¹⁸ para o qual a companhia não demonstrará interesse em participar.

Encampada pelo município em 1905 coube a Theodoro Sampaio a melhoria do serviço de abastecimento d’água e a implantação do serviço d’esgoto, modificando gradualmente o primitivo sistema de distribuição, mantendo a preferência pela distribuição domiciliar e desmantelamento do equipamento público.

Conclusão

Neste capítulo procuramos demonstrar como se formaram os “lugares de contraste” e compensatórios das carências hídricas urbanas do século XIX, problematizados através dos quintais, chafarizes, “casas de vendagem” e “pennas” domiciliares.

A urgência da resolução do problema da infraestrutura urbana com ênfase na problemática da higiene e controle dos elementos foi considerado pelo município através da constituição de companhias que se responsabilizaram pela implantação e gestão dos serviços.

Apoiados na formulação de que a história urbana é transparência da sua história social, econômica e política, detectamos territorialidades de linguagem específica de Salvador inter dependentes para o abastecimento d’água à população. A formulação destes espaços decorreu de pressões políticas, higiênicas de união ou segregação que a contribuição da visão de várias disciplinas ajudam a recriar.

A importação dos chafarizes monumentais sofreu em Salvador a difícil relação entre a qualidade artística e representativa e a necessidade de abastecimento, criando lugares de exceção, sobrelotados, controlados por guardas, lugares de brigas e violência. A ressignificação não desejada destes espaços que pretendiam ser símbolos de progresso, eram agora símbolos do “atraso” e frequentados por uma população que se tentava esconder: os ganhadores.

¹⁸ Diário do Rio de Janeiro, 1874, edição 136, pág.2.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

A distribuição domiciliar que prometia solucionar todos estes problemas acabando com a concentração de ganhadores não ocorreu dada a irregularidade do abastecimento.

O endividamento da província no início do século XX promove o fechamento de chafarizes onde se apresentava maior concentração de “pennas” privadas, iniciando o processo de desmantelamento e dispersão do equipamento. Em 1915 a vigilância dos chafarizes atingirá as fontes públicas e em 1933 serão reabertas as “casas de vendagem” aproximando a cidade ao primitivo abastecimento.

Fontes Consultadas:

Teses:

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro. “Ekabó: trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no séc. XIX”. Salvador : Universidade da Bahia, 1989.

DANNEMAN, João Carlos Silveira. “Arquitetura da água em Salvador: legitimidade na preservação de fontes e chafarizes públicos”. [ed.] Tese doutoral apresentada no Programa de Arquitetura e Urbanismo. Salvador : UFBA, 2018.

HOLTHER, Jan Maurício Oliveira van. 2002. “Quintais urbanos de Salvador. Realidades, Usos e Vivências no Século XIX.” Salvador : tese de mestrado apresentado ao programa de Arquitetura da UFBA, 2002.

SOAREA, Cecília Moreira. “Mulher negra na Bahia do século XIX”. Salvador : FFCH-UFBA, 1994.

TOURINHO, Aucimara; “As fontes na cidade de Salvador.” Salvador: Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 1 n.º 1, jan/abr 2012.

Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA)

“Fala da Presidencia”, 1856, edição 1 (1);

“Fala do Presidente da Província o Doutor Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima” em 14 de maio de 1856, edição 1(3) pág. 72;

“Fala da Predidência” do Sr. “Desembargador” J.L.V. Cansansão de Sinimbu, Presidente da Província da Bahia, 1857, edição 1 (2) pág. 126, 127);

“Fala do 1.º vice-presidente da Província o “desembargador” Manoel Messias de Leão”, 1858, edição 1 (1) pág. 19;

“Fala da presidência”, 1860 edição 1(2) pág.75;

“Fala da Presidencia” de 1864, edição 1 pág. 16;



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

“Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa” a 10 de abril de 1899 (edição 1 (1)), pág. 3, 121;

Sessão da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, a 1.º de março de 1874.

Arquivo Público do Estado da Bahia

Atas da Câmara, 1700-31, v.7 e v.8; 1731-50/ 1750-65/ 1765-76/ 1776-87/ 1787-1801. MAS, manuscrito.;

Termos de alinhamentos e vitorias, 1724-46/1746-70/1755-91/1775-1800/ 1777-85. MAS. Manuscrito;

APEB, OP, M4879, 1848;

APEB, caixa 12, relatório 306;

Atas da Câmara, 1731-50, fl 135/1750-65, fl.97/ 1765-76, fl. 15. MAS, manuscrito;

Faculdade de Medicina da Bahia

Theses

GUIMARÃES, Rosendo Agripino; “Água”. Salvador: Typographia de J.G. Tourinho, 1871.

SILVA, Octavio. Torres da. “A cidade do Salvador perante a Hygiene”. Salvador, Bahia: [s.n.], 1908;

Acervo da Fundação Gegório de Matos

Fundo da Câmara Municipal de Salvador, secção secretária, série Companhia do Queimado

Contrato da companhia do Queimado de 17 de Janeiro de 1853; novação 1870;

“Relatório da Direcção da Companhia do Queimado apresentado à Assembleia Geral dos Accionistas em Abril de 1905”;

“Relatório da Direcção da Companhia do Queimado e parecer da comissão de contas relativo ao 31.º semestre apresentado em assembleia geral de 26 de março de 1874”;

Jornais:

A Notícia (BA)

30 de outubro de 1914

A Tarde (BA)

9 janeiro 1915; 11 janeiro de 1915; 11 setembro 1915; 11 abril 1916; 16 março 1933;

Correio da Bahia (BA)

5 julho de 1878; 04 novembro 1998;

Tribuna da Bahia (BA)

09/11/97;

A Lanterna (BA)

Edição 25 pág. 4, 1901;

A Actualidade (BA)

Edição 467, 1863, pág. 3



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Jornal do Commercio (RJ)
8 julho de 1862.

**Correio Mercantil, e Instructivo, Político,
Universal (RJ)**
Edição 150, 1865, pág. 1

Gazeta da Bahia (BA)
1 maio 1884; n.º 1 de 1903;

Cidade do Salvador (BA)
17 maio 1898;

Diário do Rio de Janeiro
(RJ)

1874, edição 136, pág.2;

O Alabama (BA)
9 de outubro de 1869

Pequeno Jornal (BA)
18 de março 1890

O Monitor (BA)
7 de junho 1876, edição 6;

Bibliografia

AMARAL, José Alves. Resumo Chronologico e Noticiosa da Bahia, desde o seu Descobrimto em 1.500. n. 47, Salvador da Bahia : Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1921-1922, a1922, Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Vol. Imprensa Oficial do Estado.

ANDRADE, Maria José de Souza. A mão de obra escrava em Salvador. 1811- 1860. 100 anos de abolição. Salvador : Corrupio, 1988.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Houssman tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do séc. XX. [ed.] Turismo e Esportes Secretaria Municipal de Cultura. Rio de Janeiro : Biblioteca Carioca, 1990. Vol. 10.

CASTILLO, Lisa Earl e Parés, Luis Nicolau. Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para uma historiografia do Candomblé Ketu. 111-151 , Salvador : Afro-Ásia,, 2007, Afro-Ásia. 36.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. [A. do livro] Fernando Novais. História da Vida Privada no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 1997, Vol. 2, 3.º , pp. 143-180.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. Bahia século XIX. Uma província no Império. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

MATOS, Fundação Gregório de. Evolução Física de Salvador. Salvador : Fundação Gregório de Matos, 1998.

MELLO, Virgínia Pernambucano de. Água vai! História do saneamento de Pernambuco. 1537-1837. Olinda : Companhia Pernambucana de Saneamento

MOREIRA, Rafael. O Arquiteto Miguel de Arruda e o primeiro projeto para Salvador. Anais do IV Congresso de História da Bahia. 1999, pp. 123-145.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador, BA : EDUFBA, 2007.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

NOVAIS, Fernando A. Condições da Privacidade na Colônia. [A. do livro] Coordenador-geral Fernando A. Novais. História da Vida Privada no Brasil I. 1997. São Paulo : Companhia das Letras, 1997, Vol. I, 1., pp. 13-40.

PIERSEN, Donald. Brancos e Prêtos na Bahia. (Estudo de contacto racial). segunda edição. São Paulo : Editora Nacional, 1971.

ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. São Paulo : Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidade das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. [A. do livro] Renato Emerson dos Santos (org). Questões Urbanas e Racismo. Petrópolis : DP et Alii Editora Ltda. , 2012, Vol. vol. 1, cap.1, pp. 36-69.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940). 8, Salvador : s.n., 1990, Revista de Urbanismo e Arquitetura, Vol. 3, pp. 20-29.

SARAIVA, Tiago Mota. O Bom Arquiteto Português - Tropicalizando o colonialismo: uma leitura crítica sobre a narrativa pós-colonial produzida a partir da ideia de "arquitetura portuguesa". Coimbra : s.n., maio de 2019, memoirs.ces.uc.pt, pp. 1-5.

SOUSA, Avanete Pereira. Poder local e cotidiano: a Câmara de Salvador no século XVIII. Salvador : FFCH-UFBA, 1996.

TRINCHÃO, Gláucia Maria. O Parafuso. De meio de transporte a cartão-postal. Salvador : EDUFBA, 2010.

VAUTHIER, Louis. As Cartas de Vauthier. Rio Grande do Sul : Universidade do Rio Grande do Sul, 1960. 7.

VILHENA, Luís dos Santos. A Bahia no século XVIII. Salvador : Editora Itapuã, 1969. Vol. Volume I (livro).

WISSENBACH, Maria Cristina. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. [A. do livro] Fernando A. Novais. História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo : Companhia das Letras, 1997, Vol. 3, 1, pp. 49-130.